

Ser professor no contexto da nova rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico – Um caso de coragem

Jorge Miguel Fonseca Pinto Ferreira *

Um novo ano lectivo iniciou e com ele se esboçam novos desafios a milhares de professores de todo o país. As alterações advindas do novo Estatuto da Carreira Docente não apanharam os docentes desprevenidos, mas são fonte de alguma inquietação, quanto mais não seja na actualização do seu conteúdo. Não querendo aqui fazer uma exposição minuciosa dos pontos fortes e fracos do novo Estatuto, o certo é que reduziu, em muito, os direitos dos professores, mantendo ou até aumentando as suas responsabilidades, isto para não falar na avaliação que agora é ponto assente na sua carreira. Como docente e investigador, tenho ouvido muitas lamentações de professores que afirmam “estarem cansados de tantas mudanças”, que até evitam ver os noticiários com o receio de tomarem conhecimento de mais novidades desencorajadoras.

Uma das muitas matérias que tem sido alvo de sucessivas alterações, desde o final da década de noventa até esta data, e que ganhou maior visibilidade nos dois últimos anos lectivos – a reorganização da rede escolar – tem desencadeado profundas mudanças no modo de vida dos alunos, professores e na comodidade dos encarregados de educação.

Com efeito, o reordenamento da rede escolar do 1º Ciclo, mediado pelos municípios, tem sido uma das prioridades dos três últimos governos constitucionais e processou-se em duas fases: a primeira, com a criação e desenvolvimento dos agrupamentos de escolas, e a segunda, caracterizada pelo encerramento de muitos estabelecimentos desse nível de ensino. Por sua vez, foi notória alguma contestação por parte dos principais intervenientes no processo educativo, quer por essas medidas não satisfazerem os seus interesses, quer pelo próprio carácter autoritário e precipitado como foram aplicadas. É neste quadro político que recentemente são publicados dispositivos legais (numa primeira fase, o Despacho Conjunto nº 200/2005 e, numa segunda fase, a Portaria nº 127-A/2007) os quais determinam a extinção de um elevado número de estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico.

A justificação apresentada pelo executivo prende-se com razões ideológicas de proporcionar melhores condições de aprendizagem, reduzir as taxas de insucesso e de abandono escolar e quebrar o isolamento cultural e geográfico. Desta feita, tomando-se

como critérios o facto de terem menos que 10 alunos, ou menos de vinte alunos e uma taxa de aproveitamento escolar inferior à da média nacional, extingue-se a escola.

Numa palavra, no que se refere ao reordenamento da rede escolar e do agrupamento de escolas, a acção governativa tem seguido no essencial uma orientação racionalista (não tendo em conta a autonomia efectiva de cada unidade escolar) e a um ritmo tão acelerado que torna difícil a sua apreensão pelas partes interessadas, entre as quais os professores.

Sob muita contestação, várias associações sindicais de professores, assim como de pais dos alunos, acusam a ilegitimidade, o despropósito e a falta de negociação dessas medidas. Os argumentos mais fortes alegam que os critérios para esse encerramento deveriam ter em conta as especificidades de cada contexto escolar, tais como a distância aos novos núcleos escolares, as condições da escola de acolhimento e a dinamização cultural e social que muitas delas implementam. Segundo dados oficiais do *site* do Ministério da Educação, em 2005/2006 foram encerrados 1500 estabelecimentos do 1º ciclo, na sua maioria no interior norte do país, tendo sido assegurada a transferência de cerca de 11 mil alunos para 847 escolas acolhedoras. Até ao fim de 2007, o Ministério tenciona encerrar mais 900 escolas sob o auspício dos mesmos critérios.

Na sequência desse processo de gestão administrativa do território, prevê-se a construção de novos centros escolares, muito bem equipados, para garantir a qualidade de ensino/aprendizagem (GIASE, Ministério da Educação, 2005). No entanto, são ainda em reduzido número face à elevada taxa de estabelecimentos centenários, muitos deles desactualizados diante das novas exigências educativas. Perante este cenário de contraste, entre o muito novo e o muito velho, partilhamos da ideia de que primeiro deveriam ser construídos os centros escolares e, só depois, de uma forma gradual, é que se procederia ao encerramento de escolas assinaladas de “inviáveis”.

Um pouco por todo o país, mas sobretudo nos espaços rurais mais afastadas do litoral, encontram-se muitos professores do 1º Ciclo a laborar em condições deprimentes, em estabelecimentos

quase inacessíveis, mas cujos depoimentos refletem muita coragem e simultaneamente um estado de inquietação. A coragem advém do exercício da profissão em condições materiais, humanas e pessoais adversas, e a inquietude, do elevado número de alterações apressadas, como são as da nova carreira profissional e da recente reorganização territorial e administrativa.

É interessante analisar os comentários (resultado de conversas informais) destes docentes, os quais permitem apreender que o tema da redefinição da rede escolar é encarado como um procedimento administrativo e burocrático exterior a eles, como aconteceu com a implementação da autonomia na gestão escolar. Portanto, sem qualquer envolvimento pessoal e profissional. Por essa razão, a maioria aceita, sem contestação, a ideia do encerramento das escolas, argumentando que é mais benéfico por razões de socialização. A nível pedagógico não assinalam alterações significativas contrariamente ao estipulado pelo Ministério da Educação.

No que se refere às condições de trabalho, quando ainda não se vislumbra a construção dos “Centros Escolares” e atendendo ao facto de as escolas de acolhimento possuírem recursos e equipamentos semelhantes aos das escolas encerradas, os docentes mostraram alguma relutância relativamente ao acréscimo do número de alunos por turma. A agravar a situação, muitas destas turmas compõem-se de quatro anos de escolaridade, colocando em causa a qualidade de ensino/aprendizagem e a melhoria das taxas do sucesso esco-

lar dos alunos, contrariamente ao previsto pelo Ministério da Educação.

Por último, um dos maiores receios que esta classe exhibe da problemática aqui em causa relaciona-se com a redução do número de lugares disponíveis para concurso de professores, sobretudo para os que têm menos de 10 anos de serviço, asseverando estarem sujeitos a uma colocação que os afaste ainda mais das suas residências ou até mesmo a ficarem sem trabalho.

Concluindo o nosso pensamento, a reorganização da rede escolar nos moldes em que está a ser processada, sem aviso prévio, sem consultar as partes directamente envolvidas, e baseada em métodos uniformizadores, colocou professores, e não só, à margem de qualquer parecer. A nossa opinião é de que a mudança operacionalizada, a juntar a tantas outras a que os docentes estão sujeitos, traçou um quadro de fadiga mental e simultaneamente de insatisfação profissional, que naturalmente terá repercussões nas práticas lectivas diárias docentes.

Como se já não bastassem as longas deslocações que muitos se aventuram a percorrer todos os dias, sim, porque trabalhar à porta de casa na profissão docente ainda é considerado um cenário de pré-reforma; as precárias condições de trabalho em que a maioria das escolas do 1º Ciclo se encontra colocam os docentes deste nível de ensino em risco de crença e de motivação. Apesar de tudo, são verdadeiros heróis pelo trabalho profícuo que têm desempenhado muitas vezes contra a maré. ●

* Professor do 1º Ciclo e Doutorando em Estudos da Criança
Universidade do Minho